UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

PEDAGOGIA

Tailiny Marques Silva

“Formação em sexualidade, diversidade e relações de gênero no Centro de Habilitação Infantil Princesa Victoria - CHIPV: os seus desdobramentos”

Rio Claro

2013

TAILINY MARQUES SILVA

"FORMAÇÃO EM SEXUALIDADE, DIVERSIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO NO CENTRO DE HABILITAÇÃO INFANTIL PRINCESA VICTORIA - CHIPV: OS SEUS DESDOBRAMENTOS"

Orientador: Célia Regina Rossi

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia

Rio Claro

2013

371.9 Silva, Tailiny Marques
S586f Formação em sexualidade diversidade e relações de gênero no Centro de Habilitação Infantil Princesa Victoria - CHIPV: os seus desdobramentos / Tailiny Marques Silva. - Rio Claro, 2013
59 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Célia Regina Rossi

1. Educação especial. 2. Formação continuada. 3. Necessidades especiais. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

Dedico esta obra primeiramente a Deus, sem a fé não é possível; a minha família amada, e a professores e amigos conquistados na graduação.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer em primeiro lugar á Deus por ter chegado até está ótima universidade e por ter me dado saúde, e condições para conseguir realizar este sonho.

Agradeço aos meus pais por todo apoio que me deram nestes quatro anos, por terem sonhado junto comigo quando decidi mudar de cidade para estudar, por terem tirado dinheiro do bolso para que eu ficasse bem acomodada, que fizeram o trajeto da cidade natal até Rio Claro, sempre apoiando e incentivando.

Agradeço á meu irmão que sempre esteve online nas redes sociais para matar a saudade, e por muitas vezes seguir meus passos, isso é muito para mim, vindo de um irmão tão inteligente e esforçado.

Agradeço ao meu namorado, que conheci na primeira semana de aula, e desde então não mediu esforços para fazer com que a graduação fosse bem vivida, obrigada meu amor pela união de almas, pela dedicação, pelos almoços, pelas broncas, por ajudar sempre a formatar trabalhos, por ter paciência e sempre me mostrar o lado bom das coisas.

Agradeço aos amigos que fiz aqui, as famílias que criamos, os novos irmãos, em especial a Mariana que dividiu comigo kitnet, contas e sorrisos, depois a Marina. Sem esquecer dos amigos irmãos que levarei para sempre como a Jessica Lopes e a Angélica Dalavilla, que fizeram minhas noites mais alegres, e serão sempre um motivo de alegria em minha vida, obrigada amigas pelos trabalhos, tantos projetos integradores, tantas angústias, as quais vocês faziam ficar mais ameno com a convivência.

Agradeço a minha companheira na pesquisa, Bruna Ruiz, que batalhou comigo na formação continuada e na vida de bolsista.

Por fim, porém não menos especial, agradeço a orientação de Célia Regina Rossi, pela competência, por ter embarcado conosco no projeto, e por ter dividido comigo seus conhecimentos.

Resumo

A pesquisa atuou no Centro de Habilitação Princesa Victoria- CHIPV, que é uma unidade de saúde cujo objetivo é atender crianças e adolescentes de 0 a 18 anos que possuem alguma deficiência física e ou sensorial. A pesquisa teve o objetivo de acompanhar as práticas vivenciadas pelos profissionais, a partir de uma formação que tratou a temática de sexualidade e relações de gênero, ministrada por pesquisadores da UNESP. A pesquisa se debruça em observar, acompanhar, perceber, problematizar e avaliar o quanto à formação continuada dentro do CHIPV (Centro de Habilitação Princesa Victoria), pode transformar as práticas dos adolescentes, o foco desta pesquisa, gerando mais possibilidades de vivencias, entendimento e outros olhares sobre a questão da sexualidade e deficiência, e como esta se desdobrará no cotidiano.

Palavras Chaves:

Sexualidade. Relações de Gênero. Formação continuada. Pessoas com necessidades especiais.

Sumário

INTRODUÇÃO 7

CAPÍTULO I – A CERCA DA FORMAÇÃO COM OS PROFISSIONAIS 17

História Da Sexualidade 18

Violência, Infância e Adolescência. 24

Políticas Estatuto da Criança e Adolescente – ECA 27

Sexualidade e Deficiência 34

Relações de Gênero na Pós Modernidade 37

OBJETIVO 39

CAPITULO II – OPÇÕES METODOLOGICAS E PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO 40

Sujeitos da Pesquisa 42

Instrumento 42

Coleta de Dados 43

CAPITULO III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS 44

CONSIDERAÇÕES FINAIS 46

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS 46

APENDICE A 51

APENDICE B 52

APENDICE C 55

ANEXO 1 56

ANEXO 2 57

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 Perfil adolescentes entrevistados.....42

INTRODUÇÃO

A educação para todos no Brasil passou por várias mudanças até chegar ao que é hoje. No cenário internacional, nesta última década, aconteceram vários encontros/reuniões/pesquisas/conferências a favor da educação especial, a que iniciou a discussão com grande intensidade, foi a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em 1990, na Tailândia, que defendeu a equidade social nos países mais pobres e populosos, garantindo a democratização da educação, independentemente das diferenças individuais. E em 1994, em Salamanca, na Espanha, foi realizado a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que foi decisiva para impulsionar a Educação Inclusiva em grande parte dos países do mundo.

A Declaração de Salamanca (1994) apontava em seu princípio norteador que as escolas devem acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, étnicas, emocionais, linguísticas e outras. Esta declaração foi adotada pelo Brasil e por diversos países e organizações internacionais, assim como, nos sistemas educacionais.

O município de Rio Claro, situado no estado de São Paulo, não ficou distante da demanda internacional trazida por vários documentos, cartas e declarações. Com intuito de atender crianças e adolescentes entre a faixa etária de 0 à 18 anos portadores de deficiências, visando sua habilitação, o Centro de Habilitação Infantil Princesa Victoria – CHIPV foi fundado, com o objetivo de oferecer oportunidades de desenvolvimento de acordo com as respectivas capacidades e limitações; proporcionando maior integração e inclusão destes na comunidade escolar e social.

O CHIPV é uma unidade que pertencente à Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro, ele atende crianças e adolescentes com deficiências (deficiência auditiva, surdez, paralisia infantil, deficiência múltipla, deficiência visual, cegueira, e algumas síndromes) na faixa etária de 0 a 18 anos, residentes em Rio Claro e Região (Analândia, Ipeúna, Corumbataí, Santa Gertrudes, Leme e Itirapina).

O Centro de Habilitação Infantil foi criado, devido ao elevado número de pessoas com deficiência que se dirigiam até a cidade vizinha de Piracicaba para tratamento, sendo assim o centro de Piracicaba incentivou em conjunto com a Legião da Brasileira de Assistência –

LBA, para que a cidade de Rio Claro criasse seu próprio Centro, o que aconteceu após um convênio entre a Prefeitura e a LBA.

Em Outubro de 1982 inaugurou-se assim o CHIPV localizado na época na Avenida Marginal da FEPASA n 240, em prédio do Asilo São Vicente de Paula, em regime de comodato.

Em 1986 o CHIPV recebeu a visita de dois profissionais representantes do CPO-Cerebral Palsy Overseas – Estocolmo - Suécia, para conhecer os trabalhos aqui realizados, uma vez que o governo deste país pretendia manter contatos estreitos com uma instituição da região de São Paulo, através de um repasse (temporário) de verba das Bodas do Casamento Real, uma vez que a rainha da Suécia tinha família na região de Rio Claro.

Após todos os levantamentos efetuados na região, o governo da Suécia escolheu o CHIPV. Em outubro de 1986, Rio Claro recebeu a visita da rainha Silvia da Suécia e do Rei Karl.

Em 1991, se deu a inauguração de um novo prédio construído em parceria com a Pref. Municipal de Rio Claro e a Sociedade Sueca Brasileira, para Crianças Excepcionais "Princesa Victoria", passando assim, o Centro de Habilitação a chamar CHIPV – Centro de Habilitação Princesa Victoria.

Atualmente o CHIPV conta com uma equipe formada por: neurologista, ortopedista, fisiatra, dentista, oftalmologista, assistente social, psicólogas, pedagogas, fonoaudiólogas, fisioterapeutas, TO, educador físico, auxiliar de enfermagem, atendentes, escrituraria, técnico em desenvolvimento social, motoristas, cozinheira, ajudante de cozinha e ajudante de serviços gerais.

São atendidas atualmente 600 crianças e adolescentes, tendo como critério de admissão:

- Paralisia Cerebral, Deficiência física, LPBO, ADNPM, Torcicolo congênito, Alterações posturais associadas;
- Doenças metabólicas, crises convulsivas, Distrofias musculares. Progressiva, malformação congênita, Esclerose múltipla, fissura lábio palatal, multipladeficiência;

- Artrite reumatoide, Surdez, deficiência Auditiva, Cegueira e Visão Subnormal, Síndrome, Transtornos Globais do desenvolvimento, Hemofilia, Bebes de risco.

Vale ressaltar que o CHIPV, atua para atender as demandas que as instituições escolares pedem, uma vez que todos os adolescentes atendidos no Centro de Habilitação também estão nas escolas, uma vez que todos tem direito a educação, independente de suas peculiaridades e diferenças.

A educação é um direito de todos, assim define a Constituição Federal no seu artigo 205 do ano 1988. A constituição diz ainda, que o ensino será ministrado com base no princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, entre outros. Porém pessoas com necessidades educativas especiais, muitas vezes não são aceitos nas escolas públicas e privadas.

As instituições escolares na maioria das vezes não têm profissionais que receberam formação inicial ou continuada para atuarem com alunos com necessidades educativas especiais, dentro de uma perspectiva de educação inclusiva. São raros ainda, os cursos superiores que focam nessa temática de educação inclusiva, mas as formações em serviço, pouco a pouco começam a surgir, ampliando a oportunidade dos profissionais entenderem e problematizarem o processo de ensino e aprendizagem de cada adolescente, trazendo possibilidades a estes de entendimento, para mudanças de suas práticas cotidianas de sala de aula, beneficiando, não só os adolescentes com necessidades educativas especiais, mas todos, construindo assim, uma escola para todos, uma escola inclusiva.

A pesquisa conta com uma revisão bibliográfica, com os temas abordados na formação que ocorreu para os profissionais do CHIPV. Esta acompanhou, percebeu, problematizou, buscou elementos para compor as análises, após as entrevistas semi estruturadas com os adolescentes. Para tal, a pesquisa contou com a participação de alguns pesquisadores, para a formação continuada de profissionais do CHIPV. O Pesquisador e Professor Doutor Paulo Rennes Marçal Ribeiro, tratou do tema: História da Sexualidade, para que os profissionais do CHIPV pudessem entender como o contexto histórico, social, cultural, educacional contribuem para a construção da sexualidade e relações de gênero; A Pesquisadora e Professora Doutora Leila Maria Ferreira Salles, tratou do tema: Violência, infância e adolescência, para que todos possam perceber as várias faces da violência e os seus desdobramentos; Doutora Ana Paula Gonçalves Caprira, que versou sobre Políticas para menores: ECA, apontando quais são as políticas para a infância e adolescência no Brasil,

como e onde encaminhar os adolescentes que passarem por problemáticas da violência, preconceito, abuso, exclusão, descuidos, mal tratos; Pesquisadora e Professora Doutora Célia Regina Rossi, discutiu a sexualidade e deficiência, para que os profissionais entendessem e pudessem atuar de maneira que estes sujeitos são possuidores de sexualidade, e que muitas vezes são impedidos e impelidos de usufruí-las ou de vivenciá-las com bem estar e de maneira responsável, como todos os adolescentes; ainda a Pesquisadora Professora Doutora Célia Regina Rossi, abordou o tema Relações de Gênero na Pós Modernidade, o qual deslumbrou possibilidades de atuação no que tange a relações de gênero e adolescência. A formação teve o objetivo de construir alternativas com os profissionais do Centro de Habilitação Infantil Princesa Victoria – CHIPV. A fim de mediar relações menos sexistas, menos excludentes, sem racismo, sem homofobia, sem discriminação, demanda trazida pelo próprio CHIPV.

Após a formação dos profissionais, a pesquisa se deu através de entrevistas semiestruturadas para verificar o trabalho que foi desenvolvido por estes profissionais junto aos adolescentes, no que tange a introdução da temática da sexualidade e relações de gênero.

Vale ressaltar que CHIPV solicitou junto à coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Sexualidades – GSEXs – UNESP, campus de Rio Claro – Professora Doutora Célia Regina Rossi, formação para toda a equipe de saúde, educação e adolescentes do CHIPV, nas temáticas de sexualidade, violência, relações de gênero, educação para a sexualidade, preconceito, diversidade sexual, orientação sexual, DSTs, gravidez, adolescência, abuso sexual, reprodução, uma vez que os pré-adolescentes e adolescentes estão passando por transformações e buscam auxílios dos profissionais do CHIPV, estes profissionais da saúde e educação do CHIPV, não possuem a formação inicial e continuada para construírem ações dentro de seus atendimentos com relação a estas temáticas.

No desenvolvimento desta pesquisa pretende-se analisar os temas abordados na formação continuada, através de um levantamento bibliográfico.

Segundo PORTO (2000), a formação acontece de uma maneira indissociável da experiência de vida, portanto a formação do professor é um processo contínuo, o qual não se finaliza na formação inicial e sim na indispensável formação continuada.

Já Patto (1990 p. 349) afirma que os educadores “são portadores de conhecimentos radicais que os fazem, da perspectiva da sociologia da vida cotidiana, um grupo social potencialmente transformador”.

Tomando este princípio acima citado, a formação continuada é permeada por estes valores, ocupando lugar de destaque, estando, de forma crescente, associada ao processo qualitativo de práticas formativas e pedagógicas cotidianas. (Porto, 2000).

Pimenta (1999) afirma que existem três dimensões importantes a serem trabalhadas na formação: a primeira relativa à experiência; a segunda ao conhecimento produzido e em produção; e a terceira aos saberes pedagógico. Criticando a fragmentação de saberes e entendendo que a educação é uma ciência da prática educacional, a mesma autora (1999) destaca as "ilusões" que subjazem os processos de formação.

Portanto, por meio da experiência que a formação possibilitará aos profissionais, do conhecimento produzido e em produção com a temática da sexualidade e relações de gênero, e aos saberes pedagógicos que serão (re)construídos a partir da formação, a pesquisa acompanhará estes profissionais, na construção de novos olhares, novas práticas e novos trabalhos junto aos adolescentes.

A sexualidade é uma temática social urgente, ela ocorre por meio de um trabalho constante, durante toda a vida dos seres humanos e que começa na relação com a família e posteriormente continua por toda a seriação escolar, contínua, sistemática e crítica, para que os jovens tenham a oportunidade de ressignificar, de maneira crítica e autônoma as diferentes questões com as quais se depara no desenrolar de suas vidas, o CHIPV pode subsidiar estas significações, para que estes jovens construam outros caminhos, de posturas pessoais mais éticos, mais conscientes e mais humanizadores sobre a temática da sexualidade e relações de gênero.

É de suma importância fomentar e formar os profissionais para que estes repassem o conhecimento para os adolescentes no dia a dia dos usuários do Centro de Habilitação (adolescentes) para estarem conscientes e preparados para atuarem com a temática da sexualidade e relações de gênero no cotidiano do CHIPV, na família, na escola, enfim em todos os espaços da comunidade.

A pesquisa se justifica por entender que as temáticas da sexualidade e das relações de gênero ainda são pouco exploradas, sendo que a partir da entrada destas temáticas, via formação, no CHIPV, os adolescentes terão mais um espaço esclarecedor de suas inquietudes, dúvidas, equívocos, diminuindo assim o número de problemas que acontecem devido à falta de aprofundamento da sexualidade, que é nato de cada ser humano, seja ele qual for, possuindo ou não algum tipo de deficiência.

A deficiência é entendida aqui nesta pesquisa como, condição que limita biológica, psicológica e até socialmente a pessoa acometida pela deficiência. (Maia, 2006).

A aprendizagem da sexualidade e relações de gênero pode mediar uma construção mais saudável e proporcionar comportamentos mais adequados na família, na escola e na comunidade, para todos os indivíduos, independente de suas diferenças, de suas dificuldades, diversidades e peculiaridade.

Segundo Ribas (1998), em seu livro "*O que são as pessoas deficientes"*, o conceito que temos de deficiência vem junto ao mesmo sentido que damos as chamadas "diferença", com os valores dados como favoráveis ou desfavoráveis relacionados a cada deficiência, e que muitas vezes traz a ideia de falta de algo ou incapacidade de algo, mas nunca a possibilidade de olhar o mundo com outro olhar, de maneira diferente.

> Dar visibilidade às experiências relacionadas à vivência da sexualidade de pessoas com deficiência é um ato político, pois possibilita a desnaturalização da ideia de que esse tema não é importante na produção do conhecimento e na atuação profissional nos campos de saúde e educação. (GESSER, NUERNBERG, TONELI, 2010, p.01)

Nos tempos atuais é muito fácil ter acesso a vários assuntos, inclusive à sexualidade e relações de gênero, por meio das mídias e diversas fontes nos saturando de informações**.** Devido a isto é necessário um canal para filtrar tanta informação, por que muitas aparecem de maneira distorcida e com informações equivocadas.

A aprendizagem da sexualidade e das relações de gênero na pós-modernidade, vem sendo mostrada pelas várias mídias, mas muitas vezes de maneira equívoca. A pós-modernidade inicia-se, assim, marcada pela possibilidade de pessoas de todo mundo compartilharem imagens, sons, textos de outras culturas, com exageros ou com falta de (in)formação. Não é exagero dizer que o público mais afetado com estes compartilhamentos são crianças, jovens, adolescentes, e estes são mais vulneráveis no que tange às novas tecnologias, influenciando, profundamente, as suas vidas. (Felitzen, Carlsson, 2002).

No Brasil, as diferentes mídias ditam moda, padrões, estética, constroem valores, moral, afetam a economia, a cultura, e principalmente a educação de adolescentes. Também "enraízam" hábitos que podem gerar preconceitos em vários aspectos da sexualidade e relações de gênero. Essas diferentes questões se fazem presentes nas várias instituições por meio do seu currículo oculto, na escola, das relações travadas entre seus diferentes sujeitos, na

comunidade, porém a escola e as várias instâncias da sociedade, tem atuado, na maioria das vezes, com a lógica do silenciamento ou do equívoco.

Na medida em que, conhecimentos novos e gerados por meio de pesquisas, referencial teórico adequado, formação continuada, começam a serem introduzidos para os profissionais da educação, da saúde e áreas afins, os adolescentes com deficiências, mediados por estes profissionais, podem construir um novo olhar sobre este tema, desconstruindo assim, aquelas percepções errôneas a um público que não tem muitos olhares, escutas, e aprendizagem para este assunto, devido às várias dificuldades que se apresentam a eles, tais como, o não uso de Braille, de LIBRAS[1], a falta de acesso a TV, ao jornal, aos vários espaços públicos, as leituras adaptadas, etc.

> Essas colocações deixam transparecer as dificuldades que os profissionais encontram no seu ambiente de trabalho, que podem gerar atitudes punitivas dos profissionais e da família, como, por exemplo, vigiar, reprimir e não enfrentar a sexualidade da pessoa com deficiência. (FREITAS, 1996, p.52).

Com este perfil a formação se insere para atuar primeiramente com uma observação da formação dos profissionais, analisando os temas bibliograficamente, e como se dará o desdobramento dela com os adolescentes (por meio de entrevista semiestruturada), a partir da formação, na área da educação sexual e relações de gênero.

A educação sexual ainda é um assunto tabu para todos, principalmente para pessoas com necessidades especiais, devido à falta de acesso, de informações e de clausura que estes ainda se encontram na comunidade, mas com a aprovação da "Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência", que defende os direitos sexuais e reprodutivos desse grupo social, legitimando a importância desta temática na vida de todos. (Gesser, Nuernberg, Toneli, 2010).

A importância deste conhecimento ser construído pelas pessoas deficientes, ultrapassa o aspecto da saúde, que é levar informações básicas como a primeira menarca, conhecimento do corpo, envolvimento com o outro, até problemáticas como doenças, hoje muito discutidas como o HIV, e assuntos também relacionados a gravidez e métodos contraceptivos, devendo ser pensado dentro de um modelo social de deficiência. Esse modelo teórico surgiu na década

[1] [1] LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais utilizada pelos surdos para comunicação

de 70, compreendendo a deficiência como uma construção social, ligadas a questões históricas, materiais e políticas que marginalizam e excluem estas pessoas. (Smith e Andresen, 2004; Lang, 2009).

> No modelo social da deficiência, a sexualidade é entendida como inexoravelmente relacionada às questões de gênero e à deficiência, sendo que a imbricação destas contribui para a configuração de uma experiência de opressão e de vulnerabilidades. (GESSER, NUERNBERG, TONELI, 2010, p.03).

Não se pretende instigar a sexualidade e sim formar, esclarecer e possibilitar a mudança nos comportamentos para que problemas e informação equivocada, com relação à sexualidade e relações de gênero, possam ser entendidos, minimizados ou excluídos na família, na escola e na comunidade.

> Mitos devem ser revistos, como, por exemplo, o olhar generalizado de que a família é um lugar sagrado. As estatísticas indicam, infelizmente, que certos lares são verdadeiras ditaduras familiares em violência sexual domestica, permitindo, desta forma, que os abusos se perpetuem imunes às intervenções externas. (BRAUN, 2002, p. 16)

O foco da pesquisa fora no que a formação dos profissionais sobreveio, em seu desdobramento com os adolescentes atendidos no CHIPV, para que esses adolescentes ressignificassem suas práticas sobre a sexualidade, diversidade e relações de gênero. Para tal, após a formação continuada junto aos profissionais, houve uma entrevista semi estruturada com os adolescentes no CHIPV, para desvelar como estes se relacionam com a temática no centro de habilitação, na escola e na casa.

O papel da instituição CHIPV é mediar à construção de elementos referentes a questões sociais, culturais, educacionais, para que a vida do adolescente possa ter mais elementos no que tange a sua integração e inclusão social, a temática da sexualidade, diversidade e relações de gênero, são um dos aspectos fundamentais na vida de todos, inclusive os deficientes.

A aprendizagem desta temática não pode ser diferente, o adolescente precisa entender o que acontece com ele, para tal, é preciso conhecer a si próprio e o outro, o seu corpo e suas responsabilidades, suas potencialidades e suas limitações, para compreender as suas diversidades e da sociedade, para ler a comunidade e atuar criticamente.

Quanto mais o adolescente deficiente for dependente do outro, menos independente se torna, em suas atitudes e desejos. A história destes indivíduos foi sempre marcada de exclusão, na comunidade, na escola, e como eles se apropriam de conhecimentos, uma vez que as várias possibilidades são marcadas por este tipo de vivencia, estes vão acoplando à deficiência, expressando seu papel social, os seus valores e as relações sociais nas quais a vida se insere. As pessoas vão sendo construídas por meio desses papéis e refletidas no grande palco que é a sociedade, em todas as etapas de vida pelas quais pode passar um indivíduo: escolarização, profissionalização, casamento, velhice, etc. (SADE & CHANCON, 2008, p.97).

Esta pesquisa acompanhou como estes adolescentes receberam a temática sexualidade, para que estes possam ressignificar suas subjetividades. Para além de sua deficiência, o adolescente deve ter, como todos, uma vida afetiva, com relacionamentos, do reconhecimento de seu corpo, da possibilidade de dar e receber amor, das diversidades, com um processo de educação sexual, que inclua uma crítica aos padrões socialmente impostos, para pessoas com deficiências e para aquelas que não as possui. (Maia, 2009).

Todo individuo tem o direito de conhecer a si mesmo para entender suas manifestações do corpo, a sociedade, a família, ao deve o punir com falta de informação e formação, pois é algo que este também detém o direito de aprender.

> A sexualidade nasce e morre conosco, transformando-se, com a idade, em experiências e acontecimentos de nossa vida. Diante dessa verificação, é preciso afirmar que a sexualidade, direito intrínseco ao ser humano, não pode ser abolida ou marcada pela sociedade. Mesmo que esta discipline atitudes e expressões, não poderá, de maneira alguma, proibir todas as infinitas transformações e manifestações sexuais (PINEL, 1999, p.218).

Para que os adolescentes entendam, percebam, e constituam os conhecimentos de sexualidade, disseminando os novos conhecimentos é de suma importância que eles, problematizem todas as temáticas que eles têm direito em compreender, mediadas por profissionais formados. Para tal, os profissionais, passaram pela formação e a partir dela, puderam mediar por meio de atividades, questões a respeito da sexualidade e relações de gênero, tragas pelos adolescentes.

A cerca da formação devemos compreender sua importância, além de compreender os processos de desenvolvimento pessoal do profissional, saber que ele é capaz de produzir seu próprio oficio, e o desafio atual.

Segundo NÓVOA (1992, p. 27):

> Valorização de paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas.

Deve ser considerado na formação o processo que passou o profissional, sendo ele docente ou não, onde:

> [...]retraduzem sua formação e a adaptam à profissão, eliminando o que lhes parece inutilmente abstrato ou sem relação com a realidade vivida, e conservando o que pode lhes servir de uma maneira ou de outra. A experiência provoca assim um efeito de retorno crítico (feedback) aos saberes adquiridos antes ou fora da prática profissional (TARDIF et al, 1991, p p.231)

Gatti (2008) aponta que em uma série de documentos influenciados ou publicados pelo Banco Mundial, Na questão da formação de professores, é tratada como prioridade e a educação continuada é valorizada por seu papel inovador.

Ainda que a discussão sobre orientação sexual[2] seja contemplada nos PCN (1997) como um dos temas transversais, garantindo sua inserção nos currículos escolares, isso não ocorre em todos os contextos escolares e outras instituições, como o caso do CHIPV. Essa problemática vai ao encontro das ideias expostas por Foucault (1988), nas quais o autor defende que, desde o século XIX, apenas algumas pessoas são autorizadas a falar da sexualidade, sempre com uma abordagem que é permeada por um discurso normatizante da sexualidade.

Cabe ressaltar que a formação ocorreu no NAM (Núcleo Administrativo Municipal), situado na cidade de Rio Claro, onde foi realizado todo o processo de formação. Este disponibilizou todo espaço e apoio necessário para esta formação. A prefeitura de Rio Claro apoiou a iniciativa.

[2] Orientação Sexual é entendida nos PCN como a educação sexual sistematizada e não como a orientação do desejo sexual.

CAPÍTULO I – A CERCA DA FORMAÇÃO COM OS PROFISSIONAIS

> *Não há em sexualidade algo que deva ser transmitido, mas sim, algo que precisa ser construído, elaborado em cada sujeito. A marca de uma educação autoritária é sempre transmitir. Sobretudo em sexualidade, essa marca precisa ser desfeita, se quisermos que se faça uma educação para a liberdade.*
>
> (Naumi Vasconcelos)

Com a formação continuada oferecida para os profissionais que atuam no CHIPV foram realizado as inscrições destes, ouve uma conversa com a Secretaria de Educação, a qual apoiou o curso, cedendo o local para que ocorressem os encontros, estes todos no auditório do NAM (Núcleo Administrativo Municipal), situado na cidade de Rio Claro, o local realizado a formação.

Esta formação aconteceu no período de dois meses, com encontros semanais, alguns remarcados com intervalos maiores, todos tentando atender o público.

O público alvo da formação foram os profissionais do CHIPV, porém foi estendido para estudante de graduação e para coordenadores da rede de Rio Claro.

A seguir será feito uma revisão bibliográfica dos temas abordados na formação continuada.

História Da Sexualidade

Aqui neste subcapitulo se dará um levantamento bibliográfico a cerca dos assuntos abordados na formação continuada, devemos considerar que cada assunto trabalhado é amplo e poderia deles surgir outros pontos, como a formação ocorreu em cinco horas semanais cada tema foi trabalhado em cinco horas, o que deve ser considerado o não aprofundamento destes.

O pesquisador e Professor Doutor Paulo Rennes Marçal Ribeiro, tratou do tema: **História da Sexualidade,** para que os profissionais do CHI pudessem entender como os contextos históricos, sociais, culturais, educacionais contribuem para a construção da sexualidade e relações de gênero. Sendo assim

> "é interessante visualizar a Sexualidade dentro dos diversos contextos históricos, pelo qual perpassou a sociedade, a fim de compreender as influências deixadas para a sua constituição atual. " (DUARTE V, CHRISTIANO P.A, p. 755, 2012)

O que queremos dizer com "Sexualidade, por sua vez, inclui o sexo, a afetividade, o carinho, o prazer, o amor ou o sentimento mútuo de bem querer, os gestos, a comunicação, o toque e a intimidade. Inclui, também, os valores e as normas morais que cada cultura elabora sobre o comportamento sexual."(FIGUEIRÓ, 2006, p.2).

> Se considerarmos que a **educação sexual** abrange toda educação recebida pelo indivíduo desde o nascimento referente à aquisição de concepções, valores e normas sexuais, inicialmente na família, posteriormente na comunidade, com seu grupo social e religioso; e que esta educação sexual é contínua, indiscriminada e decorrente dos processos culturais, influenciando a manifestação de comportamentos e atitudes sexuais, podemos dizer que desde a Colônia havia uma educação sexual no Brasil.(Ribeiro, 2005, p.1,2).

Conforme expõe Duarte (2012) ao estudar sexualidade devemos levar em consideração que historicamente a sexualidade dependeu dos contextos culturais, religiosos, econômicos e políticos em cada período.

Ao estudarmos o período Paleolítico, segundo Nunes (1987) As formas de manifestação são variadas, vão de pinturas e gravuras nas cavernas até esculturas contemplando o corpo feminino, e principalmente as partes íntimas da mulher. Tais aspectos nos indicam que era exaltado à fertilidade feminina.

> Percebe-se que neste período, a sexualidade é marcada por um caráter mítico, onde há cultos em relação à fertilidade feminina. Verifica-se que as comunidades eram comandadas pelas mulheres, ou seja, eram elas as encarregadas de executarem as atividades, que garantiam a sobrevivência dos membros, por isso este período é denominado de matriarcalismo. (DUARTE V, CHRISTIANO P.A, p. 755, 2012)

Também nas sociedades agrárias do Oriente Médio, na mitologia primitiva sumeriana, na dos astecas, gregos, africanos, até as sociedades indígenas americanas do século XX (Highwater, 1992; Nunes, 1987; Muraro, 1995), encontram-se referências ao culto à fertilidade, representado por deusas femininas, generosas e reprodutoras, capazes de multiplicar a vida. Esta talvez tenha sido a intenção do "artista" de um tempo remoto ao modelar, com suas ferramentas primitivas, o símbolo da maternidade paleolítica, a Vênus de Willendorf[3]. Tratando disso,

> [...] em Uganda, uma mulher estéril é considerada perigosa para a horta e o marido pode pedir o divórcio alegando este motivo de ordem econômica. Encontra-se a mesma crença no que diz respeito ao perigo que a esterilidade feminina pode apresentar para a agricultura na tribo Bhantu, na Índia. (Apud NUNES, 1987, p. 53).

Duarte (2012) também aponta que o ato sexual é algo comum nesta época, sem grandes envolvimentos emocionais, é feito uma relação com os animais. E no final do Paleolítico a vida em caverna e a relação com as demais tribos, para empreendimentos de caças cada vez maiores, fez com que as relações de incesto fossem o primeiro tabu da sociedade, pois antes a relação era apenas com o seu grupo e a partir da relação com outras tribos não era necessário mais relacionar se com parentes. Posterior a isso no neolítico, os movimentos dos homens para proteger a terra os tornaram "pai e chefe" da família, e entrando a religião neste período, o poder real, e a mulher se tornam propriedade do homem. Enquanto isso,

> [...]para os Hebreus, a linhagem familiar era muito importante, o que garantia a existência do povo. Devido a tais valores, o filho homem era vangloriado e as mulheres sofriam discriminação, pois os mesmo acreditavam que elas, ofereciam a seus pais apenas prejuízos, devido aos altos dotes que os pais deveriam pagar, quando suas filhas casassem." (DUARTE V, CHRISTIANO P.A, p. 755, 2012).

[3] Trata-se de uma estatueta que remonta ao Paleolítico Superior, encontrada em 1908, nas proximidades de Willendorf, na Áustria. Esculpida em pedra calcárea, com 11.1 cm de altura, possui formas arredondadas e abundantes, com seios e genitais desproporcionais ao resto do corpo, representando uma mulher grávida.

Ainda no neolítico, de acordo com Moukarzel (2003), os males incapacitantes e as possibilidades de sobrevivência dos incapacitados em geral, sempre existiram desafiando o homem a encontrar soluções reparadoras, de convivência ou de extermínio da pessoa com deficiência, como registros fazendo referência a isso em vasos [...] homens com evidentes sinais de deformidades de natureza permanente, sendo algumas delas consequentes de mal formações congênitas: corcundas, coxos, anões e amputados. (SILVA, 1987, p. 38).

Com relação as família, Engels (1984) articula que o desenvolvimento da família corresponde aos estágios de organização da sociedade, guardando uma estreita relação com a produção dos meios de subsistência. Moukarzel (2003) enuncia que a passagem do estado selvagem à barbárie assinala uma significativa mudança no comportamento social da humanidade, resultado de um domínio maior sobre a natureza, através da produção de excedentes por meio do trabalho humano.

Como podemos notar a sexualidade modifica-se conforme o espaço, a correlação com o outro e outros fatores que influenciam. Nos gregos notamos que a sexualidade está em sua cultura misturada com seus deuses, sua religião e seus conhecimentos [...] a sexualidade grega envolvia a submissão da mulher, a exclusividade dos homens nos jogos e nas festas, na vida militar e administrativa (NUNES, 1987, p.70 apud DUARTE).

> É na Grécia Antiga, berço da civilização ocidental, que podemos encontrar os princípios explicativos da estrutura familiar patriarcal, herdeira das tradições gentílicas. Na mitologia grega também encontramos referências sobre um período supostamente controlado pelo sexo feminino, onde Gaia, a Deusa-Mãe da vida, única criadora do mundo e da humanidade é derrotada após uma sucessão de batalhas entre deuses e homens. Assim, o predomínio dos deuses masculinos sobre a Grande Deusa-Mãe sedimentou o sistema patriarcal, reduzindo a mulher a um permanente estado de impotência e submissão. (MOUKARZEL, 2003 p. 13).

Moukarzel (2003) ainda relata que a mitologia grega é cheia de narrativas que contam as proezas e dissabores de deuses e heróis gregos, marcados por suas deficiências físicas e sensoriais, dentre os quais Homero, um poeta grego cego.

Ainda Moukarzel (2003), traz que em Roma (antiga), vemos a figura da mulher, onde esta não era reconhecida como indivíduo, o que a impedia, também, de ter nome próprio, conservando sempre o nome do pai no gênero feminino, o mesmo ocorrendo com os escravos libertos que conservavam o sobrenome de seus amos, assim como as crianças adotadas.

> O mundo romano antigo, com seus profundos contrastes sociais, tornou-se celeiro de uma diversidade religiosa redentora. A busca por conforto espiritual, em oposição à miséria material que assolou o império, representou a possibilidade de libertação de um sistema social escravizante e ameaçador, especialmente para a população pobre, mais vulnerável ao abandono e à violência. (MOUKARZEL 2003, p. 16).

A igreja quando presente se fez contra o sexo, o vendo como procriador apenas, e "ao ser reconhecido como religião oficial do Estado pelo Imperador Constantino, o cristianismo empreende uma longa e triunfal jornada expansionista." (Moukarzel 2003, p. 16).

Segundo Nunes (1987) nos ensinamentos dos Santos Padres da Igreja começa então a tomar corpo uma moral sexual rígida e muito negativa, com características de exaltação da continência do celibato e repulsão de todo sexo, submissão da mulher e do corpo.

> O corpo passou a ser concebido como a morada do mal, do prazer e do pecado. A alma, constantemente ameaçada pelo demônio que habita no corpo deve ser preservada, pois representa o sentido da existência. O corpo, como substância material está condenado ao sofrimento e à morte, que é quando ocorre a separação corpo e alma. (MOUKARZEL, 2003, p. 17).

Segundo Moukarzel (2003) a partir da Idade Média, na igreja, iniciou-se um período de aceitação e proteção das pessoas com deficiência. E é visto então uma imagem redentora da deficiência nas palavras bíblicas,

> [...] Partindo Jesus dali, chegou ao pé do mar da Galiléia e, subindo a um monte, assentou-se lá. 19 E veio ter com ele muito povo, que trazia coxos, cegos, mudos, aleijados e outros muitos; e os puseram aos pés de Jesus, e ele os sarou, de tal sorte que a multidão se maravilhou vendo os mudos a falar, os aleijados sãos, os coxos a andar, e os cegos a ver; e glorificava o Deus de Israel.(BÍBLIA SAGRADA, Op. Cit., p.., p. 992).

Nunes (1987) ainda indica que a igreja na idade média é repressora, sendo difícil interpretar o rigor da moral sexual cristã primitiva. Possivelmente este rigor seja a forma de identidade cristã ante a extrema liberdade sexual dos povos pagãos da época, que aos poucos "convertiam-se", ou eram enquadrados, à moral cristã.

Com as reformas, vem em busca de uma desconstrução das verdades propostas pelo cristianismo, conforme Nunes (1987) um mundo profano, crítico, liberal, que elege a razão como nova forma de compreensão do mundo negando a fé e os valores medievais.

> Os movimentos de Reforma e Contra Reforma, representaram significativas mudanças em relação ao pensamento estabelecido no período medieval. A tentativa

> de superação do poder exercido pela Igreja católica provoca a desestruturação do feudalismo ao mesmo tempo em que forma-se uma nova classe social: a burguesia. (DUARTE V, CHRISTIANO P.A, p. 760, 2012).

Moukarzel (2003) mostra que na história da sexualidade, a Idade Moderna registra que até o início do século XVII, havia uma certa liberdade e tolerância quanto ao comportamento sexual. Só que as mudanças sócio-políticas ocorridas a partir da Revolução Antropocêntrica desencadearam profundas transformações no que tange as relações sociais, coibindo e conduzindo as manifestações da sexualidade aos espaços privados, em consonância aos princípios fundamentais da nova organização econômica – o capitalismo.

> A partir do século XVII, com o desenvolvimento do capitalismo e a ascensão da classe burguesa, o discurso unitário do sexo adquiriu formas diferenciadas de representatividade, assumindo os enunciados e proposições das ciências emergentes. (MOUKARZEL, 2003, p. 40).

Porém as coisas não se modificam, e o trabalho é o ponto importante, não o sexo. "O sexo é o grande inimigo do trabalho, agora a nova forma de compreender o homem" (NUNES, 1987, p.92 APUD DUARTE V, CHRISTIANO P.A, p. 761 , 2012).

De acordo com Nunes (1987) na modernidade o sexo é para o fim procriativo. À concepção de racionalidade e eficiência burguesa soma-se a produtividade. O sexo subjetivo, humano, prazeroso some. O corpo é negado no trabalho e na repressão sexual. Não existe o "eu" corporal; existem, a civilidade e a máscara social. Sobre o sexo nasce a cultura da vergonha e do pecado em níveis tão profundos que nem mesmo a Idade Média tinha conseguido.

No início do século XX "a luta da mulher pelo direito ao voto, a reivindicação feminina pelo acesso à Universidade e a vida profissional, a 1ª Guerra Mundial, dentre outros, trouxeram uma nova configuração social." (DUARTE V, CHRISTIANO P.A, p. 762, ano). Com todos estes processos e o capitalismo, o sexo foi incorporado ao capitalismo, como afirma Nunes (1987).

Na década de 80, Michel Foucault (1926-1984) apud Moukarzel (2003), um crítico mordaz da sociedade, afirmou que os discursos sobre sexualidade se caracterizam como dispositivos de controle social e que toda a conversa produzida sobre o sexo incita ao seu desvelamento, opondo-se à ideia de que exista uma repressão sexual. Para Foucault, existe uma intenção na manutenção do discurso repressivo e sua aceitação tem como prerrogativa a existência de uma hierarquia natural e imutável, determinante sobre as vontades e desejos dos indivíduos,

> É necessário deixar claro: não pretendo afirmar que o sexo não tenha sido proibido, bloqueado, mascarado ou desconhecido desde a época Clássica; nem mesmo afirmo que a partir daí ele o tenha sido menos do que antes. Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna. Todos esses elementos negativos – proibições, recusas, censuras, negações – que a hipótese repressiva agrupa num grande mecanismo central destinado a dizer não, sem dúvida, são somente peças que têm uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso. (FOUCAULT, Op. Cit., 17 apud Moukarzel, 2003, p. 34).

Duarte, Christiano (2012) nos aponta que a mulher, neste contexto passa a ser vista como objeto sexual, figura fortemente mostrada pela mídia, que expõe seu corpo escultural, como estratégia para conseguir vender e lucrar. A exposição do sexo e do corpo, principalmente feminino, proporciona ao adolescente uma visão desconfigurada a respeito do sexo e da sexualidade.

Violência, Infância e Adolescência.

Neste subcapitulo será feito uma breve revisão bibliográfica do tema **Violência, infância e adolescência**, para que todos possam perceber as várias faces da violência e os seus desdobramentos, este tema que foi abordado na formação pela Professora Doutora Leila Maria Ferreira Salles.

Para trabalhar violência devemos entendê-la, o que é violência, e de que maneira ela pode relacionar se com o tema tratado na formação ministrada.

Segundo Salles (2008, p.1)

> A violência pode se manifestar por meio de agressões físicas ou por signos, preconceitos, metáforas, desenhos, ou por qualquer coisa que possa ser interpretada como ameaça ou intimidação, como ameaças a propriedade, a auto-estima e ao prestigio social. As ameaças podem ser feitas de forma direta ou indireta quando são dirigidas a alguém ou a algo próximo a uma pessoa. Entendese, então, por violência um tipo especifico de relações sociais que para serem mantidas precisam de una ameaça latente ou explicita.

Então pode se interpretar que a violência pode ser entendida de várias maneiras, e o deficiente, tanto mental quanto físico, pode sofrer estes tipos de atos violentos, é de suma importância para este reconhecer uma violência em suas diversas gamas, e trabalhando ela na formação é de preocupação que os profissionais ali presentes repassem isto para os adolescentes atendidos por eles.

Outro fato para coloca, é que os adolescentes que portadores de alguma deficiência sofrem é o bullyng na escola, na instituição, na família. Na formação ouve a preocupação de informar aos profissionais ali presentes estes tipos de violências adotadas e até corriqueiras. Como nos ressalta CARVALHOSA, LIMA, MATOS (2001, p. 523),

> Com bastante frequência, somos alertados para situações de violência que ocorrem, nas escolas, entre os jovens. Este facto não é novo mas está a ser motivo de preocupação e interesse para os próprios alunos, pais, profissionais da educação e da saúde, e comunicação social. As agora conhecidas e divulgadas consequências e efeitos negativos destes comportamentos para o desenvolvimento e para a saúde mental dos jovens envolvidos e para todo o público em geral, talvez seja uma das possíveis causas da actualidade deste assunto.

Ao falarmos de violência Salles (2008, p.9) nos divulga a ideia de Young (2002), onde diz que a sociedade atual é excludente enquanto que a sociedade moderna era inclusiva. A sociedade moderna, inclusiva, caracterizava-se pelo pleno emprego, pelo fato das classes trabalhadoras estarem incorporadas á cidadania, pela entrada da mulher na vida pública, pela igualdade legal, social e política entre brancos e negros, mulheres e jovens. Nesta sociedade vigorava a ideia de cidadania plena na qual o direito legal, político e social, a renda, o emprego, a saúde, a habitação e a educação estavam garantidos pelo contrato social. A sociedade moderna é caracterizada pela produção em massa, pela perspectiva de carreiras padronizadas, pela divisão do trabalho entre os sexos e pela centralidade da família.

E tudo isso descrito na nossa sociedade atual é mais forte para pessoas que já são consideradas ás margens da sociedade, aqueles que nasceram ou adquiriram alguma deficiência em algo, e isso é caráter de discriminação e marginalização.

> Tudo se passa como se de certa forma o mundo moderno fosse intolerante com a diversidade e precisasse absorvê-la e assimila-la. Buscava-se reabilitar criminosos, loucos e viciados. As famílias e os adolescentes eram aconselhados e tratados para se tornarem úteis. (YOUNG, 2002 apud SALLES, 2008. p. 8).

Salles (2008) apud Segond (1992); Mello, (1998), relata que existem diferentes estudos que tendem a descrever, analisar e classificar os estilos parentais e as práticas educativas, ou seja, as estratégias e técnicas utilizadas pelos pais e mães para socializar, orientar, controlar o comportamento e impor disciplina aos seus filhos. Suas práticas educativas e os estilos parentais são avaliados tendo como parâmetro o desenvolvimento das crianças. Em geral, os estudos mostram que as famílias pobres e ditas como desestruturadas, têm conflitos de poder e autoridade. As mães, já que o pai frequentemente é ausente, não impõem uma autoridade que delimita valores e normas. Também os estudos com os adolescentes e jovens que cometeram atos infracionais apontam que em suas famílias há uma inversão de hierarquia e de autoridade. Os pais ou abandonam o seu papel e não supervisionam a criança ou são demasiadamente punitivos e proibitivos, ou ainda acreditam que os conflitos podem ser resolvidos por meio de violência.

A família é extremamente importante na formação e conduta com os filhos, devendo ser o exemplo a seguir. Salles (2008) em seu texto coloca que existem tipos diferentes de famílias, como os pais estilo autoritário: caracterizado por alto controle e baixa responsividade; estilo indulgente: caracterizado pelo baixo controle e alta responsividade; estilo negligente: caracterizado pelo baixo controle e responsividade; e “estudos evidenciam

que, em geral, os filhos de pais autoritativos são social einstrumentalmente mais competentes.” (Salles, 2008, p. 13).

Atualmente a família vem se tornando mais igualitária, com divisões de tarefas, abandonando aos poucos a figura do pai provedor e da mãe cuidadora, onde ambos assumem responsabilidades, inclusive na educação dos filhos, sendo os dois próximos afetivamente.

Segundo Romanelli (1995) apud Salles (2008) principalmente nas camadas médias e mais escolarizadas da população**,** há uma mudança na idéia de relação entre pais e filhos, na qual o pai era a autoridade e a mãe o afetivo. Hoje pai e filho se sentem mais próximos, com relacionamentos afetivos, o que provoca modificações nas relações de poder e autoridade. Ser pai é se relacionar com os filhos e não se impor ou impuser sua autoridade. A família deve se organizar de modo democrático e igualitário.

Políticas Estatuto da Criança e Adolescente – ECA

A Pesquisadora e Doutora Ana Paula Gonçalves Caprira, nos trouxe informações sobre **Políticas do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)**, apontando quais são as políticas para a infância e adolescência no Brasil, como e onde encaminhar os adolescentes que passarem por problemáticas da violência, preconceito, abuso, exclusão, descuidos, mal tratos. Neste subcapitulo iremos averiguar bibliograficamente alguns pontos apontados em sua formação.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece em seu art. 227, os Direitos da Criança Brasil. O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA regulamentou o art. 227 da Constituição, em grande parte inspirado nos Instrumentos Internacionais de Direitos Humanos da ONU, e em especial, na Declaração dos Direitos da Criança, nos "Princípios das Nações Unidas para a prevenção da deliqüência juvenil", nas "Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça Juvenil"e "Regras das Nações Unidas para proteção de menores privados de liberdade**"**

Brasília (2006) enuncia que, o ECA, veio para substituir o antigo Código de Menores, o qual foi revogado em 1990. Este Código que vigorava até então, tratava de somente da assistência, proteção e violência aos que ainda não tinham atingido a maioridade penal, ou seja, os 18 anos. Portanto este Código aplicava-se somente ao menor que estava em situação irregular, no caso aqueles que tivessem sido abandonados por pais ou responsável, não descartando também aqueles provindos de famílias carentes ou que até tenham sofrido alguma violência ou até mesmo desvio de conduta.

O ECA então são leis que prevêem uma série de direitos e deveres de crianças e adolescentes, pais, conselheiros tutelares, juízes, médicos, entre outros. Estabelece, por exemplo, o direito à saúde, à educação, à convivência familiar, além de questões relacionadas às políticas de atendimento, às medidas de proteção e socioeducativas.

Segundo o ECA, é considerado criança o cidadão que tem até 12 anos incompletos. Aqueles com idade entre 12 e 18 anos são adolescentes. O ECA define que crianças e adolescentes têm direito à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, cultura e liberdade. Esses cidadãos têm direito, ainda, ao atendimento prioritário em postos de saúde e hospitais e devem receber socorro em primeiro lugar no caso de acidente de trânsito, incêndio, enchente

ou qualquer situação de emergência. Nenhuma criança ou adolescente pode sofrer maus tratos: descuido, preconceito, exploração ou violência. Os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos devem sempre ser comunicados a um Conselho Tutelar, órgão ligado à prefeitura e formado por pessoas da comunidade. Os direitos da criança começam antes mesmo do nascimento. As gestantes devem ter bom atendimento médico na rede pública de saúde e, depois de dar à luz, têm direito a condições de trabalho adequadas para a amamentação, como horário especial e local silencioso.

A educação pela família é outro direito da criança e do adolescente. Os pais têm o dever de sustentar, guardar e educar os filhos menores, que não devem ser afastados da família só porque os pais não têm dinheiro. Se esse é o caso, a família deve ser incluída em um programa oficial de auxílio.

Abaixo segue a comprovação destas leis.

As leis que asseguram isto, contidas no documento "Estatuto da Criança e do Adolescente" Lei Federal Nº 8.069/1990:

> Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.
> Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
> Parágrafo único. Nos casos expressos em Lei, aplica-se excepcionalmente este estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
> Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
> Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
>
> **Título II dos direitos fundamentais - capítulo i -do direito à vida e a saúde**
> Art. 11. É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. *("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 11.185, de 7/10/2005)*
> § 1º A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.
> § 2º Incumbe ao Poder Público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.
> Art. 12. Os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
Parágrafo único. As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas à Justiça da Infância e da Juventude. *(Parágrafo único acrescido pela Lei nº 12.010, de 3/8/2009)*
Art. 14. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.
Parágrafo único. É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

Capítulo II do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.
Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:
I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
II - opinião e expressão;
III - crença e culto religioso;
IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;
V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
VI - participar da vida política, na forma da lei;
VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.
Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Capítulo III do direito à convivência familiar e comunitária seção i disposições gerais

Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.
§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.010, de 3/8/2009)*
§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.010, de 3/8/2009)*
§ 3º A manutenção ou reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em programas de orientação e auxílio, nos termos do parágrafo único do art. 23, dos

incisos I e IV do *caput* do art. 101 e dos incisos I a IV do *caput* do art. 129 desta Lei. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.010, de 3/8/2009)*

Capítulo IV do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - direito de ser respeitado por seus educadores;
III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
V - acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.
Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.
Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:
I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
VI- oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.
§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.
Art. 55. Os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Título III da prevenção capítulo i disposições gerais

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.
Art. 71. A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Seção II Dos Produtos e Serviços

Art. 81. É proibida a venda à criança ou adolescente de:
I - armas, munições e explosivos;
II - bebidas alcoólicas;
III - produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida;
IV - fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida;
V - revistas e publicações a que alude o art. 78;
VI - bilhetes lotéricos e equivalentes.
Art. 82. É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.
IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.
Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.
Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:
I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
VI- oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.
§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.
Art. 55. Os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Título III da prática de ato infracional capítulo i disposições gerais

Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta lei.
Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.
Art. 105. Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no art. 101.

Capítulo II dos direitos individuais

Art. 106. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
Parágrafo único. O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos.

Capítulo III das garantias processuais

Art. 110. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.
Art. 111. São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias:
I - pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente;
II - igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa;
III - defesa técnica por advogado;
IV - assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei;
V - direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente;
VI - direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.
Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:
I - advertência;

II - obrigação de reparar o dano;
III - prestação de serviços à comunidade;
IV - liberdade assistida;
V - inserção em regime de semiliberdade;
VI - internação em estabelecimento educacional;
VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.
§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Seção III Da Obrigação de Reparar o Dano

Art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.
Parágrafo único. Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.

Seção IV Da Prestação de Serviços à Comunidade

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.
Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a freqüência à escola ou à jornada normal de trabalho.

Seção V Da Liberdade Assistida

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.
§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

Seção VI Do Regime de Semiliberdade

Art. 120. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

Seção VII Da Internação

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
Art. 125. É dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança.

Título IV das medidas pertinentes aos pais ou responsável

Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:
I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;
II - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
III - encaminhamento e tratamento psicológico ou psiquiátrico;
IV - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua freqüência e aproveitamento escolar;
VI - obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;
VII - advertência;
VIII - perda da guarda;
IX - destituição da tutela;

X - suspensão ou destituição do poder familiar.
Art. 130. Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.
Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.

Título VI do acesso à justiça capítulo i disposições gerais

Art. 141. É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.
§ 1° A assistência judiciária gratuita será prestada aos que dela necessitarem, através de defensor público ou advogado nomeado.
Art. 142. Os menores de dezesseis anos serão representados e os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da legislação civil ou processual.
Art. 143. É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.

Sexualidade e Deficiência

Neste subcapitulo discutiremos a **sexualidade e deficiência**, para que todos entendam e possam atuar de maneira, que estes sujeitos são possuidores de sexualidade e que muitas vezes são impedidos e impelidos de usufruí-las ou de vivenciá-las com bem estar e de maneira responsável, como todos os adolescentes. A formação foi ministrada pela Professora Doutora Célia Regina Rossi.

Primeiramente, de acordo com (MEC/SEESP, Op. Cit., p. 22, apud Moukarzel, 2003), deve se entender o conceito de deficiência. Onde deficiência é aquela pessoa que apresenta, em comparação com a maioria das pessoas, significativas diferenças físicas, sensoriais ou/e intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, podendo ser permanente, que promove dificuldades em sua interação com o meio físico e social.Associado a esta fala,

> A deficiência é um fenômeno que, embora se manifeste individualmente, é construído socialmente, pois em cada contexto social e histórico sua representação adquire características diferentes, na medida em que seu fundamento se encontra nos julgamentos sociais sobre as diferenças que consideram o corpo ou o comportamento disfuncional e "anormal", algo atípico e "deficiente" (Daniels, 1981; Edwards, 1997; Omote, 1994; Pernick, 1997; Siebers, 2008 apud Maia 2010, p.1)

Segundo Maia, Ribeiro (2010) é necessário conhecer e esclarecer os mitos e ideias errôneas sobre sexualidade de pessoas com deficiências, sendo uma tarefa importante porque essas crenças podem atingir a todos, quando por meio delas se incentivam as relações de discriminação e de dominação que podem acontecer entre não portadores de alguma deficiência sobre os deficientes, entre homens com deficiência sobre as mulheres com deficiência, entre pessoas com deficiências menos comprometedoras sobre as que têm maior comprometimento etc. A cerca disso, Moukarzel (2003 , p.3) articula que,

> Nossa realidade cultural, marcada por uma dupla moralidade em relação à sexualidade e deficiência, quando não exalta a inocência da eterna criança assexuada, exorta todas as formas de manifestação da expressão densa e singular que caracteriza a existência humana também nos considerados anormais ou desviantes, exacerbando suas manifestações como práticas descontroladas, instintivas e devassas, próximas da natureza animal, fortalecendo mitos e classificações pejorativas quanto a sua sexualidade.

Ainda Maia, Ribeiro (2010) expõe que o ser deficiente quer dizer que se é categorizado como tal em função de conceitos de normalidade social que são históricos. Os

padrões que representam a normalidade social não são apenas relacionados à capacidade produtiva e funcional (Bianchetti, 1998; Tomasini, 1998; Omote, 2004), mas também aos relacionamentos afetivos e sexuais.

Silva (2006) apud Maia, Ribeiro (2010), expressa que existe um preconceito às pessoas com deficiência, caracteriza-se como uma negação social, onde suas diferenças são ressaltadas como uma falta, carência ou impossibilidade. (...) A estrutura funcional da sociedade demanda pessoas fortes, que tenham um corpo 'saudável', que sejam eficientes para competir no mercado de trabalho. O corpo fora do padrão, a sensibilidade dos fracos, é um obstáculo à produção. Os considerados fortes sentem-se ameaçados pela lembrança da fragilidade, quando se é humano.

> Em geral, esses mitos descrevem idéias que são tomadas como gerais a todo deficiente, por exemplo, tornar uma *limitação específica em totalidade*, isto é, compreender toda a pessoa como deficiente e não apenas algo específico ou relacionado a ela, *dispor de explicações lineares e causais*, como se tudo o que ela fizesse ou fosse tivesse a ver com as deficiências e também pelo *temor ao contágio*, como se ao conviver com alguém com deficiência pudesse haver uma contaminação desse *infortúnio* (AMARAL, 1995; SILVA, 2006 apud MAIA, RIBEIRO, 2010, P. 164).

Maia, Ribeiro (2010) indica que os mitos abrangem os padrões normativos relativos à sexualidade (vida social, afetiva e amorosa que envolve os relacionamentos, a auto-imagem, questões de estética e atratividade, sedução, questões de gênero) e às práticas sexuais (desempenho sexual funcional e o sexo considerado saudável). Em todos os casos, baseiam-se em modelos normativos que são ideológicos e construídos socialmente e fomentam uma felicidade idealizada e exagerada a todos nós, mas que atinge, retilineamente, àqueles que vivem com uma deficiência visível e por ela são classificados.

Maia, Ribeiro (2010) contribui dizendo que, a sociedade dificulta a possibilidade de pessoas com deficiência de praticarem a sexualidade, porque não concecem igualmente para todas as pessoas oportunidades de privacidade, que se torna uma barreira para muitas pessoas com deficiência para exercer uma sexualidade positiva, o que é ainda mais aparente em instituições onde o controle e a vigilância não permitem a privacidade e o fato dela não existir se soma à concepção de que o sexo vai ser inexistente, perigoso ou dificultoso para essas pessoas (WEREBE, 1984; PINEL, 1999; MAIA, 2006; SCHWIER; HINGSBURGER, 2007).

Existem muitos mitos, segundo Maia, Ribeiro (2010), estes que têm sido usados para fundamentar o afastamento de pessoas com deficiências na sociedade. Aclarar e refletir sobre questões do preconceito que se relacionam ao corpo com deficiência, sobre os limites

subjetivos e objetivos para viver e explicitar a afetividade e a sexualidade, a partir de uma leitura social e cultural da deficiência e da sexualidade, parece ser um caminho próspero para contribuir na superação da discriminação social e sexual que afeta os ideais da sociedade inclusiva.

Relações de Gênero na Pós Modernidade

A Pesquisadora Professora Doutora Célia Regina Rossi, abordou **Relações de Gênero na Pós Modernidade**, na formação, deslumbrando as possibilidades de atuação no que tange a relações de gênero e adolescência. A formação teve o objetivo de construir alternativas com os profissionais do Centro de Habilitação Infantil Princesa Victoria – CHIPV, para mediar relações menos sexistas, menos excludentes, sem racismo, sem homofobia, sem discriminação, demanda trazida pelo próprio CHIPV.

O que seria gênero, para adentrarmos ao assunto, segundo Silva (2008), gênero pode se tomar 4 concepções diferentes,

> Como sinônimo de sexo ou de mulher; para denominar as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres; como as diferenças culturais sobre o ´que é naturalmente característico do feminino ou do masculino, e como uma categoria de análise sem uma "essência fixada".(SILVA,2008 ,p. 76).

Ainda Silva (2008) divulga que gênero é, na verdade, uma construção cultural de um dado natural, os sexos, ou as relações sociais estabelecidas entre eles. Onde "na perspectiva pós-moderna, gênero é uma categoria de análise sem essência fixada (Flax ,1991, p.221 apud Silva, 2008, p. 77) que é ao mesmo tempo vazia e transbordante". (Scott ,1997, p. 289 apud Silva, 2008, p. 77).

A cerca deste assunto Medeiros (2008) pronuncia que neste inicio de século e de milênio desaba o dualismo platônico mente/corpo, razão/emoção que foi o alicerce de todo pensamento ocidental nesses últimos três mil anos, e que serviu apenas como racionalização do exercício do poder existente nas relações senhor/escravo, homem/mulher, opressor/oprimido, etc. Esta nova maneira de estruturar abre uma nova forma de pensar pós-cartesiana e pós-patriarcal.

Quando falamos de identidade de gênero, não se pode deixar de considerar que isto é algo que é inacabado, pode está sempre mutável, onde, "não é possível fixar um momento seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade - que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja 'assentada' ou estabelecida; as identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis (múltiplas) e, portanto, passíveis de transformação." (MEDEIROS,2008 , p. 3).

Silva (2008) manifesta que gênero é um saber, criado sobre as diferenças sexuais, constituindo as relações sociais. Porém, isto não é determinante; a diferença sexual não é o fundamento das hierarquias de gênero ou da organização social.

Ao falar de pós- modernidade, deve se observar o local que é colocada às pessoas e os papeis que são cabíveis a elas, por conta de seu gênero, é uma expectativa quanto á forma de trabalhar, e viver. Como traz MEDEIROS, (2008, p. 3)

> Papéis sexuais referem-se às expectativas quanto à divisão de trabalho entre os sexos e também às regras de interação sexual em um dado contexto histórico-cultural, que fazem homens e mulheres adotarem distintos padrões de atitudes e comportamentos. Em cima de diferenças biológicas, a sociedade cria expectativas e sistemas de crenças que dizem quais são os comportamentos e atividades apropriados para homens e mulheres. A par das sempre existentes diferenças individuais, a sociedade consegue criar e impor tais normas à maioria de seus componentes. Assim, a "inferioridade intelectual inata", por parte da mulher, foi um dogma aceito cientificamente ao longo do século XIX por todos, inclusive pelas mulheres.

OBJETIVO

A pesquisa teve um primeiro momento, o da formação continuada, esta que teve como objetivo observar, acompanhar a formação dos profissionais. Feito isto verificou-se como os profissionais desdobraram à temática da sexualidade e relações de gênero em suas atividades com os adolescentes, o foco deste trabalho.

A pesquisa buscou após a formação, acompanhar os adolescentes atendidos no CHIPV, junto aos profissionais, através de entrevistas semiestruturadas, para avaliar se a formação atingiu a todos, e ocasionou transformações.

A escolha do Centro de Habilitação se deu pela demanda da própria equipe do CHIPV, por ter em seus trabalhos falta de formação nestas temáticas para atuarem nas questões que surgiram como: gravidez, homossexualidade, sexismo, preconceito, abuso e assédios vivenciados pelos adolescentes.

CAPITULO II – OPÇÕES METODOLOGICAS E PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

Esse capítulo visa apontar como foi desenvolvida a presente pesquisa. Após o envolvimento teórico, partiu se para a escolha dos caminhos metodológicos, dos instrumentos e dos procedimentos para se concretizar este trabalho.

Essa escolha direcionou a pesquisadora para a abordagem metodológica que aqui se apresentará ao mesmo tempo em que indicará a trajetória a seguir, para uma melhor operacionalização do trabalho. A partir da escolha, foi possível definir os participantes da pesquisa, a coleta de dados, o modo como estes serão apresentados e analisados, para que essa pesquisa possa concretizar-se.

A tomada de decisão da investigadora quanto ao referencial teórico que embasará toda sua trajetória foi permeada de muitas dúvidas, de muita polêmica, sobre a cultura e a formação de profissionais do CHIPV, para chegar ao seu foco de pesquisa, os adolescentes ali atendidos.

O conhecimento dos grupos de estudo e pesquisa, o vivenciar cotidianamente as relações que se estabelecerão entre eles, as leituras, a revisão de literatura, os projetos, as discussões, as reflexões, as descobertas, a formação dos profissionais o uso de tecnologias como suporte para atuação, as internalizações possíveis sobre o tema, para elucidar caminhos e trabalhos, a construção e desconstrução que o olhar da investigadora irá formando, essencial para que se mergulhe na metodologia e essa indique os caminhos que serão aqui apresentados.

Partindo desse pressuposto, nesta pesquisa considerar-se-á a importância de vivenciar aspectos do cotidiano deste profissional, para chegarmos ao adolescente, de sua subjetividade, que fazem parte dos grupos pesquisados. Deste modo, far-se-á opção pela abordagem qualitativa.

De acordo com Batzán (1995), a metodologia qualitativa é tanto processo como produto da investigação. Como processo, estabelece uma relação de aprender não apenas com o estudar um determinado grupo em um trabalho de campo, mas com as inúmeras

subjetividades que estão presentes; como produto, constitui-se no relatório de todo o processo empreendido pelo pesquisador e de seus “achados”.

Para tal metodologia, a pesquisa utilizará estudos, através de formação, entrevista semiestruturado com os adolescentes do CHIPV.

Os dados que serão obtidos, através de entrevistas semiestruturadas não serão alterados, de modo que a pesquisa se desenrolará da maneira mais natural possível, não havendo interferências no processo que já está estabelecido.

Buscar-se-á compreender através entrevistas semiestruturadas aos adolescentes a forma como percebem a educação para a sexualidade e as relações de gênero, designadamente, no contributo para a diminuição e mediação de ações contra o preconceito, a exclusão, a violência, as relações de gênero, a sexualidade, no quadro de uma formação para a cidadania e respeito pelos direitos humanos.

No caso específico deste trabalho, os instrumentos metodológicos terão o papel de compreender por meio da formação continuada, analisada por outra pesquisadora, e entrevistas semiestruturadas com os adolescentes, material desta pesquisa, como estes adolescentes compreendem e abordam a Educação para a sexualidade, diversidade e relações de gênero em todas as instâncias da comunidade. Todos estes instrumentos metodológicos serão importantes para que juntos, possam apontar caminhos para a compreensão do impacto do estudo sobre sexualidade, como também nortearão toda a discussão das análises da pesquisadora.

Através da vivência, observação, preparação, organização, formação e entrevista com os adolescentes do CHIPV, a pesquisa terá material para tratamento e análise dos dados obtidos.

Cabe ainda ressaltar que a trajetória deste estudo será composta pela interpretação dos dados à luz do referencial teórico, e da composição formada pela apresentação do contexto da pesquisa com os componentes culturais, midiáticos, sociais, políticos, educacionais, econômicos que ocorreram no campo.

Sujeitos da Pesquisa

Participaram deste estudo adolescentes frequentadores do Centro de Habilitação, e que foram atendidos em um grupo do qual os profissionais ali passaram pela formação continuada a cerca de sexualidade.

No grupo citado existe um número de apenas oito crianças frequentando o.

A escolha dos participantes se deu pela aceitação dos pais, ouve uma resistência por parte dos familiares de assinarem o Termo de Livre Consentimento (APENDICE B), este que fora encaminhado para todos os pais, os pais não gostariam que seus filhos fossem questionados de sexualidade, portanto muitos se negaram, e muitas famílias são distantes do Centro de Habilitação, outrora o filho vai de van até o local passa pelos grupos e retornam com as vans, onde o contato com os pais fica dificultado. Em conversa com familiares, como uma avó e uma mãe que foi realizado a assinatura do termo e entendimento da pesquisa. Foi possível perceber é que o tema sexualidade é pouco conhecido pelos familiares e os assusta.

Os entrevistados foram:

Quadro 1: dados para identificação

Adolescente	Idade	Sexo	Classificação deficiência
Entrevistado 1	17 anos	Masculino	Deficiência Intelectual
Entrevistado 2	12 anos	Masculino	Deficiência Física

Instrumento

A coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista semi-estruturada, na pesquisa qualitativa ela é um instrumento básico de coletas de dados, onde:

> A entrevista semi-estruturada se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações. (LUDKLE E ANDRÉ, 1986, p.34).

Esta entrevista foi realizada por meio de um formulário com seis questões (APENDICE C) que norteou todo o estudo.

Coleta de Dados

A entrevista aconteceu no próprio Centro de Habilitação, em uma sala tranquila e fechada.

No primeiro momento foi apresentada a pesquisa para todo o grupo de adolescentes, após foi entregue para todos os Termos de Consentimento, para que levassem aos pais. Na semana seguinte a pesquisadora retornou ao Centro e não obteve resposta dos Termos, foi então que conseguira conversar com algumas mães e expos a pesquisa, solicitando o consentimento da pesquisa através destes familiares. Após isso retornaram dois Termos assinados, e fora realizada na semana seguinte. Os adolescentes que trouxeram o Termo estavam no grupo, a pesquisadora aguardou que o encontro do grupo terminasse, os levou após individualmente para a sala, com o Termo em mãos. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas posteriormente.

O tempo de duração destas foi de aproximadamente 15 minutos, foram realizadas em um dia.

CAPITULO III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS

A entrevista foi realizada com um pequeno grupo de adolescentes do CHIPV.

Os entrevistados em seu primeiro contato e em suas falas, deu-se de modo tímido e confuso, por hora pareciam confusos, havendo contradições,parecendo demonstrar um pouco de angústica ao tratar sexualidade, e enganos quanto ao sentido de sexualidade e sua enorme gama de manifestações, por parte dos adolescentes, estes que procurava –se alcançar com a formação continuada dos profissionais que os atendem.

> Outro aspecto que parece relevante destacar, quando se trata de discutir sexualidade e deficiência, diz respeito à dificuldade ainda existente, tanto por parte das famílias, da escola e da sociedade em geral, em realmente acreditar nas possibilidades de superação do estigma da incapacidade e do descrédito que recai sobre aquele que tem uma deficiência. (Mouzarkel 2003 p. 60)

O diálogo com eles sobre sexualidade mostrou-se constantemente rodeado de mensagens ocultas que deve se ter uma atenção, é necessário garimpar as falas e perceber que os adolescentes se sentem constrangidos e envergonhados e não se é possível ver sexualidade no ambiente como algo discutido e entendido em toda sua totalidade. A ideia que se passa é que para os adolescentes atendidos pelos profissionais formados em sexualidade não foi muito aceito e repassado o conhecimento que adquiriram. É comum visualizarmos ali uma infantilização dos adolescentes com quaisquer deficiências e pouca aceitação de trabalhar o assunto. Por isso:

> Educação sexual é poder abrir possibilidades, dar informações sobre os aspectos fisiológicos da sexualidade, mas principalmente informar sobre as suas interpretações culturais e suas possibilidades significativas, permitindo uma tomada lúcida de consciência. É dar condições para o desenvolvimento contínuo de uma sensibilidade criativa em seu relacionamento pessoal. Uma aula de educação sexual deixaria então de ser apenas um aglomerado de noções estabelecidas de biologia, de psicologia e de moral, que não apanham a sexualidade humana naquilo que lhe pode dar significado e vivência autênticas: a procura mesmo da beleza interpessoal, a criação de um erotismo significativo do amor. Uma educação estética cobriria perfeitamente essa lacuna. Afinal, quando uma educação sexual conseguisse efetuar a passagem de uma motivação pornográfica da sexualidade para uma motivação em que a busca da beleza sensível fosse um estimulante mais poderoso que a obscenidade, ela já teria colocado as bases necessárias para que o indivíduo, daí por diante, resolvesse humanamente sua sexualidade.(VASCONCELOS, Apud. NUNES, 1996, p. 78 Apud MOUKARZEL 2003 p.70).

Os adolescentes do Centro, caracterizados com algum tipo de deficiência, apresentam angústias e incertezas, próprias da idade, sofrendo com o modelo de corpo ideal ofertado pela mídia, sendo injustiçados por serem "obrigados" a deixarem sua sexualidade de lado e serem vistos erroneamente como seres assexuados, por não se encaixarem neste padrão de idealização imposta. Logo,

> Os adolescentes [...] precisam de mais informações sobre sexo, não menos. Eles têm os mesmo sentimentos e impulsos sexuais que qualquer outra pessoa, mas não são expostos à rede de informações e recursos de que se beneficiam os adolescentes com plena capacidade. (GALE, 1989, p. 198 Apud Moukarzel 2003 p. 75).

Nos relatos destes adolescentes é possível ver a precariedade de informações básicas sobre sexualidade e isso reflete na sua individualidade, no convívio com o grupo e os restringindo ao isolamento. É claro que foi visto que em seus desejos, como qualquer adolescente, existe uma vontade de viver experiências e planejar o futuro. Reforçando isto,

> Os estudos sobre sexualidade e deficiência têm sido unânimes em reconhecer a importância da expressão da sexualidade como direito e forma de valorização da pessoa com deficiência, independente de suas condições incapacitantes embora, como já apontado, encontram-se, na maior parte, voltados aos aspectos biológicos e psicológicos.

Segundo Moukarzel (2003), existe uma resistência e o conservadorismo, tanto dos familiares quanto dos profissionais, para vencer os limites socioculturais determinantes, não apenas em relação à deficiência mas, sobretudo, em compreender a sexualidade como sentido e expressão da vida humana. Em torno disto é preciso,

> Despertar a consciência dos agentes educacionais para a responsabilidade da educação sexual de pessoas com deficiência visando proporcionar-lhes condições para superação de suas dificuldades pessoais e sociais e conseqüente inserção na vida social tem sido a tônica das produções acadêmicas nesta área, a partir da década de 80, em consonância aos movimentos de emancipação destes indivíduos. (MOUKARZEL 2003 P. 75)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontaram que a formação pode mediar possibilidades de profissionais atuarem de maneira mais consciente, mediando novos saberes nas atividades desenvolvidas com/para/junto com os adolescentes no CHIPV, para a construção de elementos que deslumbre a consciência e atitudes críticas, autônomas e respaldadas em ações éticas, no que tange a temática da sexualidade e relações de gênero no cotidiano do CHIPV, assim como, nos espaços da comunidade onde os adolescentes vivem, porém é importante ressaltar que somente uma formação não dá conta de todo o problema, é necessário abrir horizontes, perceber e enxergar em si mesmo preconceitos e vontade de mudança.

As análises da pesquisa apontam que a formação acontece de uma maneira indissociável da experiência de vida, portanto a formação do professor é um processo continuo, o qual não se finaliza na formação inicial e sim na indispensável formação continuada, sendo que a formação continuada, quando permeada por estes valores, ocupa lugar de destaque, estando, de forma crescente, associada ao processo qualitativo de práticas formativas e pedagógicas cotidianas. (PORTO, 2000).

Com esta pesquisa percebe-se que a educação sexual é um assunto ainda tabu para todos, principalmente para pessoas com necessidades especiais, devido à falta de acesso, de informações e de clausura que estes ainda se encontram na comunidade, mas com a aprovação da "Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência", que defende os direitos sexuais e reprodutivos desse grupo social, legitima a importância desta temática na vida de todos.

Esta pesquisa teve também como objetivo, a abertura de novas possibilidades, tais como a mudança da concepção que a sociedade possui sobre estes adolescentes estigmatizados, de serem seres assexuados passando a serem vistos como são, seres portadores de uma sexualidade. Porém outras possibilidades ainda precisam ser trabalhadas, para que seja estas desveladas, tornando assim a vida destes adolescentes uma vida natural.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATZÁN, A. **Etnografia. Metodologia cualitativa em La investigación sociocultural.** Barcelona: Boixareu Universitária, 1995.

BIBLIA , N. T. João. Português. **Bíblia sagrada**. Reed. Versão de Anttonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. Da Américas, 1950. Cap. 12, vers. 11

BRASÍLIA. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Normativas Internacionais**. Convenções Nºs 138 e 182, e Recomendação Nº 190 – OIT. Portaria Nº 6/2002 – MTE. Ministério da Justiça / Secretaria de Estado dos Direitos Humanos / Departamento da Criança e do Adolescente (DCA) / Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Brasília : 2002.

BORTOLOZZI ,Ana Cláudia Maia; Ribeiro Paulo Rennes Marçal .**Desfazendo Mitos Sobre A Sexualidade E Deficiências Ensaio Desfazendo Mitos Para Minimizar O Preconceito Sobre A Sexualidade De Pessoas Com Deficiências1** Dispelling Myths To Minimize Prejudice About The Sexuality Of People With Disability .Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, V.16, N.2, P.159-176, Mai.-Ago., 2010.

BORTOLOZZI Maia Ana Cláudia - **A Importância Das Relações Familiares Para A Sexualidade E A Autoestima De Pessoas Com Deficiência Física**, Artigo (O Portal Dos Psicólogos) , Ano 2009 Publicado 2010.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros** curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF,1998.http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf (Acessado dia 20/04/2010 ás 10:28).

BRAUN, S. A **violência sexual infantil na família: Do silêncio à revelação do segredo.**2002 Porto Alegre Editora AGE. http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=4dRt_YpPCgAC&oi=fnd&pg=PA15&dq=suzana+braun&ots=4dMvFIT2eQ&sig=ww0jDGxFrXwHspGb4QqSISz403g#v=onepage&q=suzana%20braun&f=false (Acessado dia 24/05/2012).

CARVALHOSA, Susana Fonseca de; LIMA, Luísa e MATOS, Margarida Gaspar de. **Bullying**: **a provocação/vitimação entre pares no contexto escolar português**. *Aná. Psicológica* [online]. 2001, vol.19, n.4, pp. 523-537. ISSN 0870-8231.

DALL´ALBA,L. "**Educação sexual da pessoa caracterizada como deficiente mental:construção da autonomia".** In: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (org). Um olhar sobre a diferença, interação, trabalho e cidadania. Campinas: Papirus, PP.181-223, 1998(Série Educação Especial).

DUARTE V, Christiano P.A. 2012 **História Da Sexualidade** Http://Www.Uel.Br/Eventos/Semanadaeducacao/Pages/Arquivos/Anais/2012/Anais/Ensinofundamental/Ahistoriadasexualidade.Pdf(Acessado dia 25/08/2012)

ENGELS, Friedrich. **A Origem Da Família, Da Propriedade Privada E Do Estado.** São Paulo: Global, 1984. 237p.

FEILITZEN, C. V., CARLSSON, U. (orgs). **A criança e a mídia: imagem, educação, participação**. 2 edição, SP: Editora Cortez – UNESCO, 2002.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação **Sexual: Como Ensinar No Espaço Da**

Escola. Linhas, Santa Catarina, V.7,N.1, P.1-21, 2006.

FREITAS, M.R. **Concepção de profissionais sobre a importância de uma proposta de educação sexual para deficientes mentais.** São Carlos, Universidade Federal de São Carlo, 1996, Dissertação de mestrado.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GATTI, B. A. Análise **das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. Revista Brasileira de Educação.** São Paulo. vol. 13, no. 37, 2008. p. 57-70.

GESSER, M; NUEMBERG, H, A; TONELI, F, J, M. **Subversões e permanências na vivência da sexualidade de mulheres com deficiência física a partir da mediação de um grupo de apoio**. http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278257609_ARQUIVO_Subversoesepermanenciasnavivenciadasexualidadedemulherescomdeficienciafisicaapartirdamediacaodeumgrupodeapoio.pdf (Acessado dia 25/05/2012).

GOMES, Ana Paula - **A importância da resiliência na (re)construção das famílias com filhos portadores de deficiência: o papel dos profissionais da educação/reabilitação.** Saber(e)Educar. Porto: ESE de Paula Frassinetti. N.º11 (2006), p.49-71 http://repositorio.esepf.pt/bitstream/handle/10000/8/SeE11ImportanciaResilienciaAnaGomes.pdf?sequence=1 (Acessado dia 01/06/2012).

LANG, R. **The Uniten Nation Convention on the right and dignities for persons with disability: a panacea for ending disability discrimination?** European Journal of Disability. Research 3, p. 266- 285, 2009.

LUDKE, M.; ANDRÉ M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAIA , A. C. B. **Sexualidade e Deficiências.** São Paulo: Editora Unesp, 2006.

MAIA, A.C.B (2009). **Inclusão e Sexualidade: análise de questões afetivo-sexuais em pessoas com deficiência física.** Relatório de Pesquisa Pós-doutorado. Bolsa PDJ- CNPq. Núcleo de Estudos da Sexualidade Humana- NUSEX. Araraquara: UNESP. 238f.

MEDEIROS, Maria das Graças L. de (UFRN). **Família, gênero e sexualidade: um olhar pós moderno Família; sexualidade; gênero ST 50 – Gênero, Direito e Psicanálise.** Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

MELLO, Z. M. De. **Familia Y Violencia: Supervivencia En La Casa Y En La Calle. Uma Vivencia En La Ciudad De Recife. Universidad Deusto**, 1998. Tese De Doutoramento. Young, J. A Sociedade Excludente: Exclusão Social, Criminalidade E Diferença Na Modernidade Recente. Rio De Janeiro: Ed Revan, 2002.

MOUKARZEL, Maria Das Graças Machado. **Sexualidade E Deficiência : Superando Estigmas Em Busca Da Emancipação** / Maria Das Graças Machado Moukarzel. -- Campinas, Sp: [S.N.], 2003.

NÓVOA, A. (org.) Os **professores e sua formação.** Lisboa: DOM Quixote, 1992.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando A Sexualidade**. 5.Ed. Campinas: Papirus,

1987.

PATTO, M. H. de S. **A produção do Fracasso Escolar: Histórias de Submissão e Rebeldia.** São Paulo: T.A, Queiroz, 1990.

PIMENTA, S. G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

PINEL, A. **"Educação sexual para pessoas portadoras de deficiências físicas e mentais."** In: RIBEIRO, M (org.). O prazer e o pensar: Orientação sexual para educadores e profissionais da saúde. São Paulo: Gente, pp. 211-226, 1999.

PORTO, Y. da S. **Formação Continuada: a Prática Pedagógica Recorrente**. In: Educação Continuada: Reflexões, alternativas/ Alda Junqueira Marin (Org). – Campinas, SP: Papirus, 2000 – (Coleção Magistério: Formação e trabalho Pedagógico).

RIBAS, J.B.C. **O que são as pessoas deficientes**. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção primeiros passos, V.89)

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Por minha culpa, minha culpa, minha máxima**

culpa... a educação sexual no Brasil nos documentos da inquisição dos séculos xvi e

XVII. 28ª Reunião anual da ANPED: Caxambu, 2005.

ROMANELLI, G. **Autoridade E Poder Na Família** In: Carvalho, M. Do C. B. De (Org) **A Família Contemporânea Em Debate**. São Paulo: Cortez, P 73- 88, 1995.

SADE, R. M. & Chacon, M. C. (2008). **Os membros familiares, escolares e sociais da construção da identidade do deficiente.** In: OLIVEIRA, A. A.S.; OMOTE, S.GIROTO, C.R.M. Inclusão Escolar: as contribuições da educação especial. (PP.93-107). São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, Marília: FUNDEPE Editora.

SALLES, Leila Maria Ferreira. **Infância E Adolescência Na Sociedade Atual: Transgressões No Cotidiano Escolar.** (Unesp – Rio Claro) 2008 .Revista Acadêmica.

SEGOND, P. **Família E Transgressão. Psicologia Teoria E Pesquisa**, Brasília, Vol 8, p. 433-445, 1992.

SILVA, Prof. Dr. Andréia Cristina Lopes Frazão da. **Reflexões sobre o paradigma pós moderno e os estudos históricos de gênero.** 2008, 75-84

.http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/viewFile/504/421 (Acessado dia 25/05/2012)

SILVA, Otto Marques. **A Epopéia Ignorada: A Pessoa Deficiente Na História Do Mundo De Ontem E De Hoje.** São Paulo: Cedas, 1987.

SMITH, R. D.; ANDRESEN, E. M. (2004) **Disability, gender, and unemployment relationships in the United States from the behavioural risk factor surveillance system.** Disability & Society, Washington, v. 19, n. 4, p. 403–414, 2004.

TARDIF, M., LESSARD, C. & LAHAYE, L. **Os professores face ao saber. Esboço de uma problemática do saber docente.** In: Teoria & Educação. Porto Alegre, nº. 4, 1991.

VAILLANT, D. **Formación de docentes en América Latina:** re-inventando el modelo tradicional. Barcelona: Ediciones Octaedro, 2005.

SITES CONSULTADOS

Http://Www.Brasil.Gov.Br/Noticias/Arquivos/2013/01/23/Pais-Incentiva-Combate-Ao-Abuso-E-Exploracao-Sexual-Contra-Criancas-E-Adolescentes

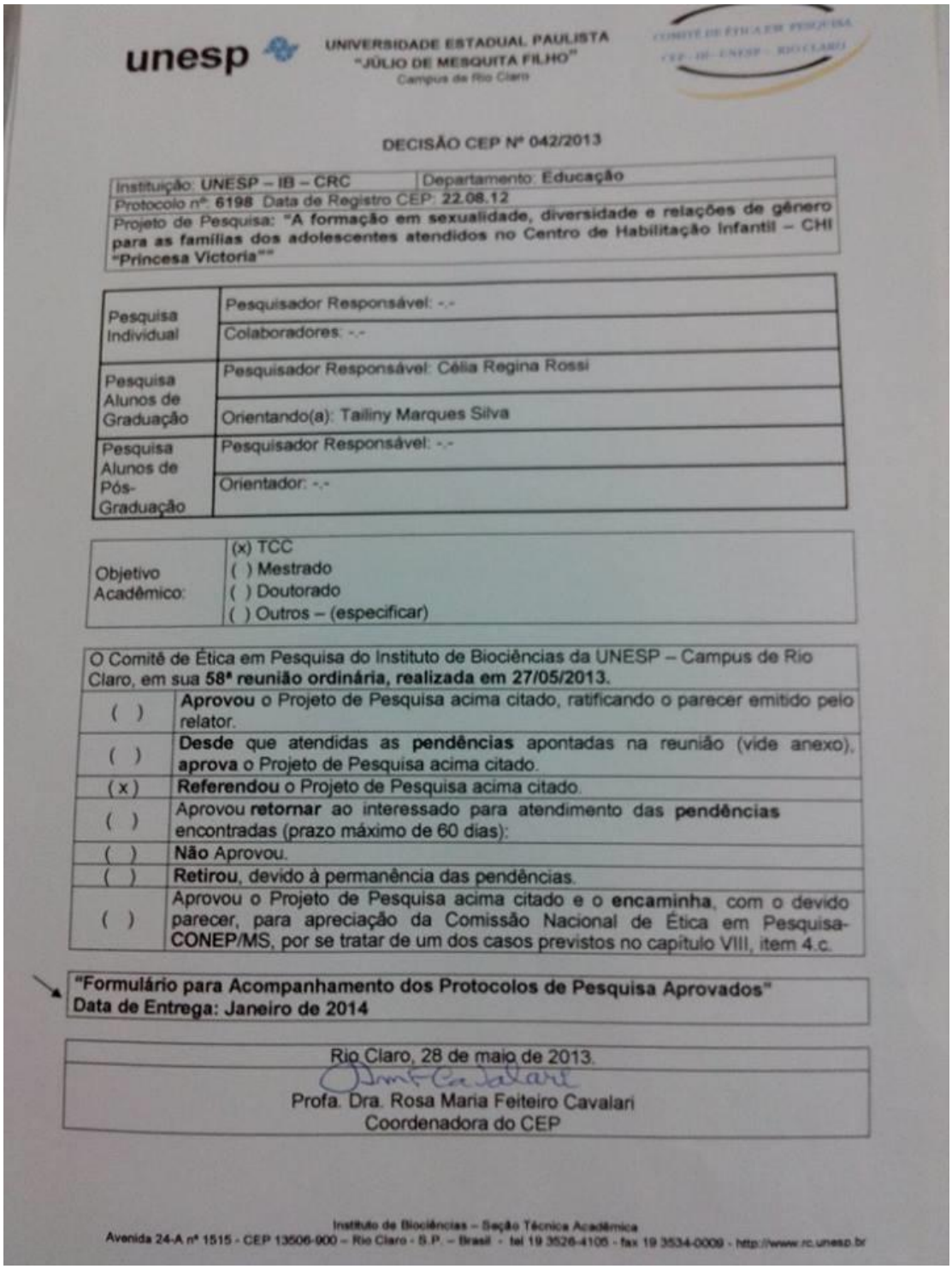
Http://Www.Promenino.Org.Br/Default.Aspx?Portalid=0&Tabid=77&Conteudoid=78e7c0bd-D70f-4913-Ae1c-3a9a9d183360 (Primeiro Paragrafo)

Http://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivil_03/Leis/L8069.Htm As Leis.

Http://200.18.252.57/Services/E-Books-Ms/06_0315_M.Pdf#Page=17 Violência Faz Mal À Saúde / [Cláudia Araújo De Lima (Coord.) Et Al.]. – Brasília: Ministério Da Saúde, 2006. 298 P.: Il. Color. – (Série B. Textos Básicos De Saúde)

APÊNDICE A

Aprovação Comitê de Ética



unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Rio Claro

DECISÃO CEP Nº 042/2013

Instituição: UNESP – IB – CRC	Departamento: Educação
Protocolo nº: 6198 Data de Registro CEP: 22.08.12	
Projeto de Pesquisa: **"A formação em sexualidade, diversidade e relações de gênero para as famílias dos adolescentes atendidos no Centro de Habilitação Infantil – CHI "Princesa Victoria""**	

Pesquisa Individual	Pesquisador Responsável: -.-
	Colaboradores: -.-
Pesquisa Alunos de Graduação	Pesquisador Responsável: Célia Regina Rossi
	Orientando(a): Tailiny Marques Silva
Pesquisa Alunos de Pós-Graduação	Pesquisador Responsável: -.-
	Orientador: -.-

Objetivo Acadêmico:	(x) TCC ( ) Mestrado ( ) Doutorado ( ) Outros – (especificar)

O Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Biociências da UNESP – Campus de Rio Claro, em sua **58ª reunião ordinária, realizada em 27/05/2013.**	
( )	**Aprovou** o Projeto de Pesquisa acima citado, ratificando o parecer emitido pelo relator.
( )	**Desde** que atendidas as **pendências** apontadas na reunião (vide anexo), **aprova** o Projeto de Pesquisa acima citado.
(x)	**Referendou** o Projeto de Pesquisa acima citado.
( )	Aprovou **retornar** ao interessado para atendimento das **pendências** encontradas (prazo máximo de 60 dias):
( )	**Não** Aprovou.
( )	**Retirou**, devido à permanência das pendências.
( )	Aprovou o Projeto de Pesquisa acima citado e o **encaminha**, com o devido parecer, para apreciação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP/MS, por se tratar de um dos casos previstos no capítulo VIII, item 4.c.

"Formulário para Acompanhamento dos Protocolos de Pesquisa Aprovados"
Data de Entrega: Janeiro de 2014

Rio Claro, 28 de maio de 2013.

Profa. Dra. Rosa Maria Feiteiro Cavalari
Coordenadora do CEP

Instituto de Biociências – Seção Técnica Acadêmica
Avenida 24-A nº 1515 - CEP 13506-900 – Rio Claro - S.P. – Brasil - tel 19 3526-4105 - fax 19 3534-0009 - http://www.rc.unesp.br

APÊNDICE B

Termo

UNESP **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

Instituto de Biociências

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu Tailiny Marques Silva, RG 45.683.135-6, aluna do curso de Pedagogia na Universidade Estadual Paulista – IB Câmpus de Rio Claro, sob a orientação da Profª. Doutora Célia Regina Rossi, do Departamento de Educação do Instituto de Biociências. Convido seu filho(a) ou o/a menor sob sua responsabilidade, para participar da pesquisa **"Formação em sexualidade, diversidade e relações de gênero no Centro de Habilitação Infantil Princesa Victoria - CHI: os seus desdobramentos"**,que estou desenvolvendo para a realização do trabalho final de curso (TCC), que pretende através de uma entrevista com seu filho saber o que ele entende de sexualidade, diversidade, gênero, violência. O objetivo desta pesquisa é saber o quanto seu filho(a) ou o/a menor conhece a respeito de sexualidade.

As entrevistas serão sigilosas, em lugar fechado e tranquilo, usarei gravador para registrar, e caso seu(a) filho(a) ou o/a menor sob sua responsabilidade não puder usar a língua oral, no caso de surdez, o CHI conta com um intérprete de Língua de Sinais, que fará a tradução entre oralidade e Libras[4], farei também a filmagem, com uma câmera simples, posteriormente farei a transcrição com um intérprete de Libras.

O senhor(a)rá pode a qualquer momento entrar em contato com as pesquisadoras para sanar eventuais dúvidas antes e durante ao desenvolvimento da pesquisa, no final deste Termo está o contato delas.
Os eventuais riscos relativos a essa pesquisa poderá ser o de seu filho(a) ou a/o menor se sentir constrangido, incomodado, envergonhado. Sobre caso isso acontecer ele terá total

[4] Libras – Língua de sinais

liberdade de se recusar em participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhuma penalização ou dano a ele(a).

A pesquisa traz benefícios pois poderá trazer alguns dados importantes para mudanças significativas na educação para a sexualidade do adolescente com necessidades educativas especiais. É importante informar que não será julgado as respostas do/a menor na entrevista, não será feito nenhum juízo de valor, não caracterizando como certo ou errado o que for dito, preservando sua vontade e garantindo o seu direito em não responder, alguma questão.

Em nenhum momento da pesquisa, o nome do/a seu filho(a) ou o/a menor assim como a instituição que ele/a é atendido/a, será divulgado.

Os dados obtidos a partir das entrevistas serão usados unicamente para estudo, e ao transcrever e analisar os dados será assegurado fielmente o que seu filho(a) ou o/a menor disser, não serão divulgados o nome dele/a ou da instituição que ele/a frequenta.

Não haverá qualquer gasto, assim como não haverá qualquer pagamento para seu filho(a) ou o/a menor por participar da entrevista.

Se o Sr (a). se sentir suficientemente esclarecido sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-o (a) a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com o Sr(a). e outra com o pesquisador(a).

Dados sobre o Projeto

Título do projeto: "**Formação em sexualidade, diversidade e relações de gênero no Centro de Habilitação Infantil Princesa Victoria**: **os seus desdobramentos"**

Pesquisador Responsável: Célia Regina Rossi

Cargo/função: Professora Doutora

Instituição: UNESP – Instituto de Biociências – Departamento de Educação – Rio Claro- SP

Endereço: Av. 24 A, número 1515, Bairro Bela Vista, Rio Claro – SP.

Dados para Contato: fone 3533-2399 e-mail: celiarr@rc.unesp.br

Aluno/Pesquisador: Tailiny Marques Silva

Instituição: UNESP – Instituto de Biociências – Departamento de Educação – Rio Claro- SP

Endereço: Av. 24 A, número 1515, Bairro Bela Vista, Rio Claro – SP.

Dados para Contato: fone 81198333 e-mail: tailiny.marques@gmail.com

Dados sobre os Sujeitos da Pesquisa

Nome:_____

RG: _____ Sexo: _____

Data de nascimento: _____

Responsável: _____

RG:_____ Sexo: _____

Data de nascimento: _____

Tel: _____

Endereço: _____

Rio Claro, ____ de _____ de 2013

_____

Assinatura responsável do/a adolescente

_____ _____

Assinatura do Responsável Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE C

ENTREVISTA

Roteiro de entrevista

Tematica: gênero, sexualidade

Publico: adolescentes atendidos no CHIPV

Perguntas serão fio condutor: sexualidade, relações de gênero, violência, preconceito, inclusão, exclusão

Ao fim do trabalho desenvolvido com os profissionais(material de outra pesquisa) , as perguntas aos adolescente serão:

1) Qual papel do homem e da mulher na sociedade atual?
2) Existe diferenças nestas atuações? Por que?
3) O que você entende por sexualidade?
4) O entendimento da sexualidade pode ajudar o deficiente?
5) Em que espaço você discute educação sexual ou sexualidade?
6) O que problematização e o entendimento da temática da sexualidade e relações de gênero podem mediar uma qualidade de vida com menos violência, menos preconceito?

Obs: Este questionário poderá ser modificado através dos trabalhos desenvolvidos no CHIPV.

ANEXO 1

BANNER DA FORMAÇÃO CONTINUADA

ANEXO 2

ENTREVISTA TRANSCRITA

1) **Qual papel do homem e da mulher na sociedade atual?**

   J: O homem pode fazer o trabalho pesado e a mulher o trabalho doméstico.

   Eu: Mais alguma coisa?

   J: Por enquanto é só.

2) **Existe diferenças nestas atuações? Por que?**

   J: Claro, o homem faz trabalho pesado, eles fazem o mesmo mas fazem trabalho diferentes, mas tanto o homem quanto a mulher podem fazer o mesmo trabalho, mas provável a mulher, sei La, mulher parece mais frágil, por isso que acho que elas fazem trabalhos domésticos, essas coisas.

3) **O que você entende por sexualidade?**

   J: Silêncio, risadas. E AGORA**?** risadas, risadas.

   Eu : pergunto novamente.

   J: Risadas, ficou vermelho.

   Eu: Você já namorou J **?**

   J: Não, está em falta no mercado de trabalho, risadas.

4) **O entendimento da sexualidade pode ajudar o deficiente?**

   J: Claro, sim.

   EU: Onde**?**

   J: Sei La, pode ajuda, pra saber o que é o sexo, e o que deixa de ser.

   EU: Você acha que deficientes tem sexualidade**?**

   J: Um pouco né, eles tem suas limitações mas podem conviver com o sexo.

5) **Em que espaço você discute educação sexual ou sexualidade?**

J: Com minha psicóloga, tanto na escola, quanto aqui, em vários lugares.

EU: Você pode chegar na sua família e discutir**?**

J: ahhhh (pausa) essa é uma situação bem diferente.

6) **Você acredita que exista preconceito? O que é para você o preconceito?**

J: Sim, existe preconceito. Conheço homosexuais, não acho errado. Cada um tenta ser feliz do jeito que consegue.

ENTREVISTA 2

7) **Qual papel do homem e da mulher na sociedade atual?**

1- G: Meu pai trabalha, e minha mãe limpa casa assim.

8) **Existe diferenças nestas atuações? Por que?**

2- G: Sim, os dois é diferentes.

9) **O que você entende por sexualidade?**

G: (risos), não entendo, já conversaram, na escola, conversaram do corpo, da puberdade.. (pausa, risos).

10) **O entendimento da sexualidade pode ajudar o deficiente?**

G: Sim.

11) **Em que espaço você discute educação sexual ou sexualidade?**

G: Na escola, quando a professora deu aula.

12) Você acredita que exista preconceito? O que é para você o preconceito?

G: Sim, contra negro gay. E violência – G: tem na minha escola.